

A TRAJETÓRIA DA UNESP NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Auro Aparecido Mendes¹
Mariângela Spotti Lopes Fujita²
Ana Cláudia Giannini Borges³
Ana Maria Rodrigues de Carvalho⁴
Ana Paula Leivar Brancaleoni⁵
Antonio Cezar Leaf⁶
Carlos Rodrigues Ladeia⁷
Célia Maria David⁸
Fernando Sérgio Okimoto⁹
Hilda Maria Gonçalves da Silva¹⁰
Juliana Soares¹¹
Raquel Cabral¹²
Silvio Rainho Teixeira¹³

RESUMO

No presente trabalho, relatam-se experiências de extensão universitária fundamentadas nos princípios da Economia Solidária desenvolvidas pelos servidores docentes, servidores técnico-administrativos e discentes de várias Unidades da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" – UNESP, em parceria com outras instituições e com as comunidades envolvidas. Além de um breve histórico sobre a temática da Economia Solidária no Brasil e das oportunidades e desafios das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), apresentam-se importantes subsídios para uma proposta de Programa Institucional de fortalecimento e de expansão das Incubadoras na UNESP.

Palavras-chave: Extensão universitária. Programa institucional. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Tecnologias sociais.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Geografia, IGCE-UNESP-Rio Claro.

² Pró-reitora de Extensão Universitária da UNESP.

³ Professora Doutora do Departamento de Economia Rural, FCAV-Jaboticabal.

⁴ Professora Doutora do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, FCL-UNESP-Assis, e Coordenadora da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP - Núcleo de Assis.

⁵ Professora Doutora do Departamento de Economia Rural, FCAV-Jaboticabal.

⁶ Professor Doutor do Departamento de Geografia, FCT-UNESP-Presidente Prudente. Assessor da PROEX/UNESP.

⁷ Professor Doutor do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, FCL-UNESP-Assis, Coordenador da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP - Núcleo de Assis.

⁸ Professora Adjunta do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas. FCHS-UNESP-Franca.

⁹ Professor Doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, FCT-UNESP-Presidente Prudente.

¹⁰ Professora Doutora do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas. FCHS-UNESP-Franca.

¹¹ Mestranda do Programa Ciência, Tecnologia e Sociedade da USFCar e Colaboradora na Incop UNESP/Bauru.

¹² Professora Doutora do Departamento de Comunicação Social (FAAC/UNESP) e Coordenadora da Incop UNESP/Bauru.

¹³ Professor Adjunto do Departamento de Física, Química e Biologia, FCT-UNESP-Presidente Prudente.

THE DIRECTION OF UNESP (SÃO PAULO STATE UNIVERSITY) IN TERMS OF THE SOLIDARITY ECONOMY

ABSTRACT

This paper aims to report on the University extension activities based on the principles of the Solidarity Economy, developed by teachers and students from several campuses of UNESP, in partnerships with other institutions and the communities involved. In addition to a brief history of the Solidarity Economy in Brazil, and the opportunities and challenges of Technological Incubators for Popular Cooperatives (ITCPs), the paper presents important considerations for an Institutional Program aimed at strengthening and expanding the role of such Incubators at UNESP.

Keywords: University extension. Institutional program. Technological incubators for popular cooperatives. Social technologies.

LA TRAYECTORIA DE LA UNESP (UNIVERSIDAD ESTADUAL PAULISTA) EN EL CONTEXTO DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA

RESUMEN

En este trabajo damos cuenta de las experiencias de extensión universitaria basadas en los principios de la Economía Solidaria que han sido desarrolladas por profesores y estudiantes de diferentes sedes de la UNESP, en colaboración de otras instituciones y comunidades. Además de una breve historia de la Economía Solidaria en Brasil y reflexiones sobre las oportunidades y desafíos de las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), son presentados los elementos más importantes de un programa institucional para el fortalecimiento y la expansión de las Incubadoras en la UNESP.

Palabras clave: Extensión universitária. Programa institucional. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Tecnologías sociales.

INTRODUÇÃO

A UNESP caracteriza-se pela presença em todo o território paulista, produzindo ensino, pesquisa e extensão universitária com qualidade e compromisso social. Sua atuação descentralizada propicia-lhe integração e cooperação com os poderes públicos municipais, estadual e federal, empresas, organizações civis, colegiados de gestão e comunidades para o estudo, formulação e implantação de políticas públicas. As várias faces da inserção social da UNESP, segundo [Bovo \(2013, p.14\)](#), evidenciam:

[...] os impactos econômico-financeiros para os municípios, decorrentes dos recursos movimentados pelas unidades universitárias assim como dos gastos dos alunos em cada Câmpus. Os indicadores reunidos mostram a importância da Unesp, tanto como vetor de recursos tributários que retornam para as cidades

onde ela está localizada, quanto como fonte de dinamismo das atividades econômicas, contribuindo para o desenvolvimento local e regional; 2 – a sua importância no atendimento à população por meio dos serviços de extensão, especialmente aqueles dirigidos para a área de saúde, contribuindo para a implantação das políticas públicas de corte social.

O autor ressalta, também, outro aspecto relativo aos serviços prestados pela UNESP em suas Unidades:

Trata-se do capital social acumulado que incorpora, além da infraestrutura existente, o conhecimento e a experiência de seus docentes e funcionários, os métodos, as técnicas e os processos desenvolvidos, especialmente através das pesquisas, e que são incorporados aos serviços prestados à população ([BOVO, 2013, p. 17](#)).

Nesse contexto, estão as ações de extensão universitária desenvolvidas pelos servidores docentes, apoiados pelos servidores técnico-administrativos e pelos discentes da UNESP, em parceria com outras instituições e a comunidade, tendo como princípios a divulgação de conhecimentos científicos e a valorização de outros saberes, os quais propiciam a interlocução entre os parceiros, a formação de alunos e pesquisadores, a produção de novos conhecimentos e sua apropriação pela comunidade. Dentre essas ações, neste artigo reúnem-se experiências desenvolvidas na UNESP que têm como fundamento da ação extensionista os princípios da Economia Solidária, na perspectiva de construir alternativas de geração de trabalho e renda e de inclusão social e produtiva de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. As experiências incluem o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, de organização de cooperativas e associações de trabalhadores com materiais recicláveis, costura, artesanato, assentamentos rurais, panificação, horta comunitária, feiras de trocas solidárias, dentre outros.

Com o objetivo de apresentar os projetos de extensão que participaram, inclusive, da implantação de Incubadoras no interior do estado de São Paulo, a Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP publicou em 2012 o livro *Incubadora de cooperativas populares: as experiências da Unesp* ([ARAÚJO; ALMEIDA, 2012](#)). Segundo a apresentação da então Pró-Reitora de Extensão Universitária da UNESP, Prof^a. Dr^a. Maria Amélia Máximo de Araújo, “A Pró-Reitoria de Extensão Universitária orgulha-se de fazer parte deste processo e conclama a todos os interessados a dar continuidade aos trabalhos desta envergadura, fundamentais para as comunidades excluídas e para o desenvolvimento teórico do assunto, tarefa precípua da Universidade.” ([ARAÚJO, ALMEIDA, 2012](#)). Em seu primeiro capítulo, o livro apresenta o desenvolvimento de um “Programa de Cooperativas Populares da Unesp” em sete núcleos (Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Ourinhos e Presidente Prudente) coordenados por professores da Universidade. Nesse capítulo apresentam-se, também, os resultados de uma investigação que coletou dados de respostas a um questionário aplicado às pessoas que participaram ativamente dos projetos desenvolvidos ou que deles se beneficiaram, com o objetivo de avaliar os impactos produzidos, especialmente os benefícios gerados na vida dos cooperados.

No Guia de Extensão Universitária, o Projeto Cooperativas é apresentado no contexto do Programa UNESP a Serviço da Comunidade, que inclui os sete núcleos supracitados com o objetivo de “contribuir para o desenvolvimento de empreendimentos

coletivos, visando incubar grupos populares, possibilitando-lhes conquistar autonomia de ação e auto gerirem suas atividades de maneira voluntária, consciente e independente, com geração de renda.” (ARAÚJO; ALMEIDA, 2012). Considerando-se o movimento da Economia Solidária no Brasil e a participação da UNESP na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede das ITCPs), há necessidade de revisitar esses e outros projetos e observar seus avanços para identificar subsídios à elaboração de uma proposta de Programa Institucional da UNESP de fortalecimento e desenvolvimento de incubadoras na perspectiva da Economia Solidária. Assim, neste artigo abordam-se algumas dessas experiências, nas quais se nota com clareza que o movimento da Economia Solidária tem forte inserção no interior do estado de São Paulo nas cidades em que a extensão universitária da UNESP atua com alunos, funcionários e docentes junto à sociedade civil para a organização de grupos sociais.

Nessas experiências, e concordando com as proposições de Paul Singer sobre Economia Solidária e exclusão social, em entrevista à Revista Estudos Avançados (REA, 2008, p. 305), não se objetiva apenas construir alternativas de atenuação e compensação para o desemprego, pobreza e desigualdades geradas no sistema capitalista, mas, sim, organizar os trabalhadores em associações ou cooperativas e empoderá-los para o enfrentamento dessa situação, construindo utopias e alternativas de novas formas de viver, de produzir e de consumir com liberdade, cidadania, valores humanos e sociais e sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, na próxima seção do presente artigo, intitulada “O movimento da Economia Solidária no Brasil e o protagonismo da Universidade na criação de incubadoras e participação em rede”, aborda-se um breve histórico do movimento da Economia Solidária no Brasil, em que se articulam a participação e o protagonismo da Universidade nesse movimento, com destaque para as incubadoras universitárias e as redes de incubadoras. Na seção seguinte, “A extensão universitária da UNESP no movimento da Economia Solidária no interior do estado de São Paulo: apresentação de experiências”, demonstram-se o envolvimento da UNESP no movimento da Economia Solidária, as iniciativas, tanto as isoladas quanto as institucionais (via Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP – Proex), e o panorama atual de atuação em várias Unidades da UNESP.

Nas conclusões inserem-se as perspectivas de atuação da UNESP no âmbito da Economia Solidária e apresentam-se subsídios para a proposta de criação de um Programa Institucional que tenha por objetivo fortalecer e ampliar as incubadoras de cooperativas populares e estabelecer parcerias e redes de apoio entre elas.

O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E O PROTAGONISMO DA UNIVERSIDADE NA CRIAÇÃO DE INCUBADORAS E PARTICIPAÇÃO EM REDE

Breve histórico do movimento da Economia Solidária no Brasil

Singer (2002) localiza nos primórdios do capitalismo industrial (início do século XIX) as primeiras formas organizativas caracterizáveis como de Economia Solidária. Segundo o autor, elas foram compostas como respostas à pobreza e falta de emprego resultantes do processo de implementação e difusão das máquinas-ferramentas e do motor a vapor. Singer entende ainda que as cooperativas compostas nessa época, alicerçadas nos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia (estes atrelados ao

ideal socialista), foram esforços de trabalhadores com a finalidade de resgatar o trabalho e a autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas existentes.

Contudo, no caso do Brasil, até a década de 1980, as experiências de cooperativismo se concentraram no meio rural. O surgimento de iniciativas pautadas no cooperativismo, nas cidades, dá-se a partir da década de 1990, motivadas pela crise econômica e reestruturação produtiva, ambas responsáveis por um aumento significativo do desemprego ([LEITE, 2009](#)).

Com as transformações socioeconômicas pautadas em políticas neoliberais que se intensificaram principalmente a partir da década de 1990, o panorama torna-se cada vez mais inquietante, sobretudo para a grande parcela da população brasileira que já se encontrava em situação de vulnerabilidade social. Mesmo porque, ainda que nunca tenha se configurado plenamente dentro de um modelo de “Bem-Estar Social”, o Estado no Brasil teve sua atuação cada vez mais diminuída na regulação da relação capital-trabalho e no atendimento das demandas sociais ([MONTAÑO, 2002](#)). A partir dos ditames neoliberais, o Estado se omite em relação à sua função social de viabilizar políticas públicas que possibilitem uma vida justa e digna para todos.

As mudanças na organização da produção, com a crescente automação e utilização das tecnologias de informação, e no mundo do trabalho, com a adoção de outros modelos de gestão, que não só o “taylorista-fordista”, trouxeram novas nuances para a organização dos trabalhadores. Assistiu-se a um aumento do desemprego estrutural e à perda da capacidade de negociação dos sindicatos, que assumiram cada vez mais um caráter de harmonia com o capital e de busca pela manutenção dos empregos, em detrimento de uma atuação mais combativa. Com a diminuição e precarização dos empregos formais, tem-se um aumento significativo da informalidade e da terceirização de serviços, também por intermédio de falsas cooperativas que se prestam à diminuição dos encargos trabalhistas por parte das empresas ([DRUCK: FRANCO, 2009](#)).

Destarte, depara-se com um número cada vez menor de trabalhadores formalmente empregados. Contudo, também se observa um crescimento do que Antunes (1995) denomina de “*classe-que-vive-do-trabalho*”, ou seja, o trabalho continua tendo uma importância fulcral para as pessoas, mesmo que estejam excluídas dos empregos. Para o autor, dessa forma, a redução de caráter estrutural do emprego não elimina a centralidade da categoria trabalho na sociedade atual.

No cenário neoliberal hegemônico contemporâneo marcado pelas distopias, prevalece a concorrência, a competição, o individualismo, dentre outros aspectos, completamente antagônicos aos princípios da Economia Solidária. Assim, falar em Economia Solidária parece um paradoxo no atual sistema capitalista. Esse sistema dominante, cada vez mais globalizado e focado em vantagens comparativas competitivas, perpetua-se pela geração de assimetrias próprias da produção e da reprodução do grande capital.

Diante desse quadro, tem-se um acirramento da desigualdade e um aumento da complexidade de problemas sociais enfrentados. Mais uma vez, como resposta de trabalhadores diante de uma situação limite, observa-se a busca por alternativas de geração de trabalho e renda, para um número cada vez maior de desempregados, sendo que, dentre as formas encontradas, estão experiências associativas e cooperativas. Dessa forma, a Economia Solidária tem se disseminado cada vez mais como uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população que são excluídas do mercado formal de trabalho e que vivenciam condições de vulnerabilidade social.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), a Economia Solidária pode ser entendida como um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas por trabalhadores, segundo quatro características principais: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade ([MTE, 2006](#)). Portanto, a Economia Solidária pode expressar-se sob diferentes formas organizativas, desde que construídas de modo a respeitar os seus princípios gerais, que fundamentam a prática da autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral ([COUTINHO et al., 2005](#)).

Todavia, como já se ressaltou, é importante ratificar que a Economia Solidária não pode ser considerada e nem utilizada como uma política compensatória, ou como saída para a falta de emprego e renda para os trabalhadores, e tampouco pode restringir essa economia a um setor à parte (o chamado “terceiro setor”). Ao invés disso, a Economia Solidária define uma nova concepção das esferas econômica e social, na medida em que essa é vista como um processo de transformação social, pois se baseia em conceitos como solidariedade e autogestão e, assim, deve também almejar transformações nas dimensões sociais, políticas e culturais ([CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008](#)). Assim, a Economia Solidária deve ser entendida, para além dos seus resultados meramente econômicos, também como um movimento social capaz de gerar profundas transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais, por exemplo, e desenvolvimento territorial.

Respeitando-se os princípios alicerçadores da Economia Solidária, é possível constituir empreendimentos solidários, os quais podem ser estabelecidos como organizações que realizam atividades de troca de produtos e serviços, produção, comercialização ou organização para a comercialização, prestação de serviços, poupança, crédito ou finanças e consumo ou uso coletivo de bens e/ou serviços (MTE, 2006). Dessa forma, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) podem se constituir como associações, cooperativas e/ou clubes de troca ([SINGER, 2002](#)). Além desses, há também empreendimentos originários de empresas que falharam ou entraram em crise e que foram assumidos pelos trabalhadores coletivamente – como o conhecido caso da empresa Flaskô, em Sumaré, estado de São Paulo.

De acordo com SENAES/ MTE (2006), os principais motivadores de trabalhadores para a criação de EES, no Brasil, são o desemprego, a renda insuficiente, a busca por maiores ganhos, a possibilidade de gestão coletiva da atividade e o acesso ao crédito. Esses empreendimentos são encontrados em todas as regiões do Brasil, totalizando 21.859 EES, em 2.933 municípios, distribuídos entre as regiões da seguinte forma: Nordeste – 43,5%, Sudeste – 17,9%, Sul – 16,4%, Norte – 12,1% e Centro-Oeste – 10,1% (SENAES/MTE, 2006).

Ainda no que se refere ao desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, as universidades vêm desempenhando um papel fundamental, principalmente por meio da extensão universitária, com várias práticas, dentre as quais destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que colaboram não só para a viabilização socioeconômica dos EES, mas, também, para a inclusão social e valorização da dignidade humana.

Extensão Universitária e Economia Solidária: oportunidades e desafios das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)

Como se apontou anteriormente, são muitos os atores, instituições e entidades que atuam e participam da co-construção da Economia Solidária no Brasil. As universidades vêm desenvolvendo práticas solidárias no País e abrigando Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Nesse contexto, de acordo com [Fraga \(2011\)](#):

O papel da Universidade dentro dessa relação entre tecnologia social e Economia Solidária é, então, formar profissionais e produzir conhecimentos que sejam compatíveis com esse projeto de sociedade, a serviço da autogestão e de uma sociedade para além do capital. ([FRAGA, 2011, p. 120](#)).

O autor acrescenta, ainda, que “a Universidade não pode ser aquela que apenas analisa a sociedade, mas, sim, aquela que também atua junto com as iniciativas populares” ([FRAGA, 2011, p. 120](#)).

Então, é lícito perguntar: Que ciência se está produzindo? Para quem? Que diálogo a Universidade tem estabelecido não só internamente como também com os demais setores da sociedade? Como estender o saber e o fazer universitário?

Nessa relação com a sociedade, a Universidade não apenas transmite conhecimentos, mas também aprende com o saber das comunidades e, com elas, produz novos saberes. Na Economia Solidária, as práticas acadêmicas extrapolam os muros das salas de aula e dos laboratórios, vivificando e energizando as relações entre a Universidade e sociedade no seu território em tempo real.

A Universidade deve ser vista na Economia Solidária como um espaço de proximidade ou, como propõe [Sousa Santos \(2005, p. 55\)](#), a extensão universitária pode contribuir para uma “Universidade da proximidade” que ao se comprometer com o seu território, promove a democratização.

Da mesma forma, [Silva \(2010\)](#) salienta:

Em lugar da Universidade fortaleza, a Universidade rede. Quanto mais a Universidade se insere na sociedade, tanto mais esta se insere na Universidade. É uma relação interativa, alicerçada no princípio da responsabilidade social, priorizando a pesquisa-ação e a ecologia dos saberes orientando os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil da região com o propósito de cooperar ativamente com os atores sociais que lutam pelo estabelecimento de relações sociais mais justas e relações econômicas de produção e de consumo mais solidárias e ecologicamente sustentáveis, além da formação de lideranças sociais. ([SILVA, 2010, p. 107](#)).

Neste sentido, a extensão universitária, no que diz respeito à Economia Solidária, deve ser vista não como uma opção ou uma atividade de somenos importância na Universidade, mas como uma missão em busca do diálogo, da troca de saberes, da cooperação e da solidariedade.

Em que pese a compreensão da Economia Solidária requerer uma abordagem interdisciplinar, essa temática ainda tem sido marginal no seio de muitas universidades. No âmbito da extensão universitária, professores e alunos, mediante um “saber militante” e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária, têm estabelecido parcerias, convênios com os governos e outras instituições, bem como têm criado

espaços públicos de interlocução e de reflexão, como é o caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Segundo [França Filho e Cunha \(2009\)](#):

A incubação tecnológica de empreendimentos de economia solidária, mais conhecida devido à experiência das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), constitui uma das maiores inovações introduzidas no âmbito da extensão universitária brasileira nos últimos anos ([FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 726](#)).

Na perspectiva de [Coelho \(2011, p.19\)](#):

As incubadoras universitárias e a tecnologia social que as mesmas disponibilizam à sociedade são um exemplo concreto da capacidade transformadora de uma Universidade comprometida socialmente e empenhada no fortalecimento e sustentabilidade de organizações que atuam no campo da economia solidária e da sociedade em geral ([COELHO, 2011, p.19](#)).

De acordo com [Nascimento \(2013\)](#), as ITCPs desempenham um papel relevante como agentes de inovação social e transformam a Universidade. A Universidade, de uma maneira revolucionária, passa a intervir nas comunidades em que está inserida e, aprendendo com ela numa via de mão dupla, cria novas maneiras pensar e de agir.

Assim, a Universidade dá guarida às ITCPs e contribui sobremaneira para o desenvolvimento e continuidade dos EES, por meio de parcerias, sinergias, assessorias técnicas e científicas, capacitação etc., de forma criativa e corajosa no fortalecimento da Economia Solidária no país. Foi dessa forma que as ITCPs, cada qual com suas especificidades e peculiaridades, foram se espraiando pelo território nacional.

O marco histórico da atuação da Universidade no que tange às ITCPs foi a criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), em 1995, como uma iniciativa do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cabe lembrar que a década de 1980-1990 marcou-se por profundas reestruturações produtivas nas mais diversas atividades econômicas, numa abertura comercial abrupta que levou ao fechamento de inúmeras fábricas nacionais, à precarização do trabalho e ao desemprego, dentre outros aspectos. Foi nesse contexto que as ITCPs foram criadas.

Em 1998, lançou-se o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc), que promoveu o surgimento de novas incubadoras. Em 1999, constituiu-se a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), uma iniciativa que visava disseminar a experiência do Coppe por outras universidades, bem como visava construir vínculos entre as incubadoras e experiências a fim de favorecer a circulação e transferência de tecnologias e conhecimentos. Pode-se dizer que esse objetivo foi atingido, na medida em que há um número significativo de universidades públicas brasileiras que abrigam incubadoras universitárias (DE PAULA, 2009).

Segundo [Nunes \(2009, p. 105\)](#), a estruturação da Rede Nacional de Incubadoras teve por fito a troca de experiências e o reconhecimento da Universidade como agente de transformação da sociedade por intermédio de sua extensão universitária.

Esse movimento de implantação de ITCPs incentivou o desenvolvimento de várias experiências de Economia Solidária na UNESP e, em 2006, a criação da Incubadora de

Cooperativas Populares da Unesp (Incop Unesp), núcleos de Assis, Bauru, Ourinhos e Presidente Prudente, com o apoio das ITCPs da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com projeto aprovado no Proninc do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Senaes ([CARVALHO; LADEIA; FELÍCIO, 2012, p. 40](#)). Em 2007, cria-se a Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Região Nordeste de São Paulo (Inconesp), reunindo as Unidades de Araraquara e Franca, com projeto aprovado no Proninc e tendo como “referência orgânica o Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania – Neesc (existente desde 2004)” ([FONSECA; GRIGOLETTO, 2012, p. 31](#)).

Quer por meio das ITCPs, quer por meio de outras ações extensionistas da UNESP relacionadas à Economia Solidária, constata-se que é na prática e no processo dialógico entre Universidade e comunidade que ocorrem a troca de saberes, conhecimentos e experiências.

As referidas Incubadoras constituem um tipo de Tecnologia Social (TS) capaz de gerar trabalho e renda, respeitando o meio ambiente, produzindo conhecimentos e articulando professores, alunos e técnicos das mais diversas áreas do conhecimento e atores locais.

[Silva Neto \(2010, p.119\)](#) lembra que toda tecnologia, por mais sofisticada e avançada que seja, só pode ser uma tecnologia “social”, pois não existe tecnologia fora da sociedade. Assim, o autor cita a Rede de Tecnologias Sociais ([RTS, 2010](#)) para definir que “tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.

Cabe, portanto, à Universidade, de forma interativa com a comunidade, criar e promover o desenvolvimento de Tecnologias Sociais, ambientalmente sustentáveis e que possam gerar inclusão social e melhoria da qualidade de vida, garantindo que as camadas populares tenham efetivamente o acesso à produção científica e tecnológica.

Com base no que se expôs, na Universidade deve-se promover uma extensão universitária por meio da qual se possa valorizar de várias formas, cada vez mais, o envolvimento dos professores, servidores técnico-administrativos e alunos nessas práticas solidárias com a comunidade, quer transmitindo conhecimentos, quer aprendendo com ela e construindo, conjuntamente, novos saberes.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP NO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

As experiências relatadas a seguir demonstram a importância das ações extensionistas da UNESP fundamentadas na Economia Solidária, não sob a forma de case ou “modelos”, mas de várias práticas peculiares e específicas de cada território que merecem ser trocadas e compartilhadas para fomentar a interlocução com os interessados e subsidiar a (re)definição da ação extensionista no âmbito de um programa institucional nessa temática.

Para promover a reunião de experiências que em comum buscam a superação de grandes desafios sociais, os relatos das Unidades Universitárias da UNESP de Assis, Bauru, Franca, Jaboticabal, Ourinhos, Presidente Prudente e Rio Claro foram

estruturados da seguinte forma: história, objetivos, metodologia e resultados das principais experiências realizadas.

Com base nesses relatos, pode-se verificar que as realidades e as experiências em cada Unidade Universitária da UNESP são multifacetadas e plurais, o que demonstra as potencialidades existentes em cada território e suas singularidades. Constata-se, também, que a UNESP, em uma relação simbiótica com a comunidade, vem, por meio por meio de seus três eixos pesquisa-ensino-extensão universitária, atuando de forma socialmente responsável e contribuindo significativamente com a Economia Solidária.

Assis

Histórico

Desde 2001, existe na Faculdade de Ciências e Letras (FCL), UNESP-Assis, um projeto de estágio do Curso de Psicologia que, atuando com a temática da geração de trabalho e renda, constitui também um Projeto de Extensão Universitária. Até o ano de 2006, quando foi instalada formalmente a primeira Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp¹⁴, docentes e alunos participaram ativamente da organização e constituição de cooperativas e associações de catadores e da implantação de programas de Coleta Seletiva Solidária nos municípios de Assis, Palmital e Maracáí.

Desde o início dos trabalhos, a equipe teve como pressuposto a necessária articulação dos grupos organizados com o movimento social que os representa. No caso dos catadores, a equipe contribuiu para a organização de uma instância de representação regional (Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista) e para a integração com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em suas esferas estadual e nacional.

Nos anos subsequentes, aumentou significativamente a demanda de gestores públicos à Incubadora para organização de novos grupos de catadores em outros municípios (em Cândido Mota, Paraguaçu Paulista, Quatá e Rancharia), e também no segmento da Agricultura Familiar (no município de João Ramalho). Considerando-se que a Economia Solidária pressupõe uma integração de conhecimento de diversas áreas, a Incubadora passou a contar com a participação de alunos e docentes das demais áreas, inclusive de outras instituições de ensino superior. O fortalecimento da articulação com outras incubadoras universitárias brasileiras decorreu de sua filiação junto à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs, já em 2006.

A estrutura da Incubadora funciona com o financiamento da própria UNESP (por meio da Proex e da Unidade) e com a captação de recursos junto aos órgãos federais (MTE/Senaes; MCT/Finep/CNPq; MEC). Nesses anos (2006-2014), a Incop UNESP-Assis executou seis convênios: dois conjuntamente com outras incubadoras de universidades paulistas (USP, UNICAMP, UFSCar e Fundação Getúlio Vargas -FGV); quatro com a

¹⁴ Com sede administrativa em Assis e Núcleos nas Unidades de Assis, Bauru, Ourinhos e Presidente Prudente, o projeto de instalação, financiado pela FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos, em apoio ao PRONINC- Programa Nacional de Incubadoras, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE, em convênio firmado com a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - FUNDUNESP, foi executado pela F.C.L. Assis.

participação de outras unidades da UNESP (Bauru, Ourinhos e Presidente Prudente) e um deles unicamente pela equipe de Assis.

Objetivos

O trabalho de uma Incubadora de Cooperativas Populares integra, em sentido amplo, interesses e demandas tanto da instituição universitária como daqueles que requerem sua contribuição, os trabalhadores. Na Incop UNESP-Assis construíram-se objetivos estratégicos tanto acadêmicos como econômicos e sociopolíticos ([CARVALHO, LADEIA, FELÍCIO, 2012](#)), a saber:

- *Acadêmicos*: vinculados às atividades-fim da Universidade, privilegiam integrar teoria, prática e reflexão, socializar e confrontar conhecimentos sistematizados com a realidade concreta, exercitar e estimular a capacidade criativa do aluno para resolver problemas da realidade brasileira, e forjar uma formação comprometida com a mudança da realidade socioeconômica, desigual e injusta da sociedade brasileira.
- *Econômicos*: voltados às mudanças de aspectos estruturais como apoiar a organização de grupos populares voltados para a geração de trabalho e renda, produzir e/ou socializar conhecimentos sobre/com/para esses grupos, a fim de impulsionar o desenvolvimento da atividade produtiva e a autogestão dos empreendimentos, estimular e apoiar a articulação dos grupos, em seu campo de atividade, visando à formação de redes, a agregação de valor por meio do avanço na cadeia produtiva e uma posição mais favorável no mercado, e apoiar a elaboração de contratos, convênios e projetos para a captação de recursos públicos e privados com a finalidade de melhorar sua estrutura produtiva e sua renda.
- *Sócio-políticos*: relacionados com o âmbito da superestrutura como buscar na atuação direta com os grupos, construir uma consciência crítica da realidade, construir com os grupos noções de democracia, solidariedade e autonomia de gestão, colaborar para a formação de cidadãos e lideranças comprometidos com ações coletivas e estimular sua participação nos espaços de controle social das políticas públicas e nos movimentos sociais que defendem suas causas e interesses, estimular e apoiar a criação ou acesso a políticas públicas que beneficiem diretamente os grupos, para sua inclusão social e econômica.

Metodologia

O trabalho com grupos populares apoia-se em referenciais teórico-metodológicos críticos que consideram o homem como sujeito ativo, histórico e social. Consideramos que o conhecimento acadêmico não constitui verdade, mas se compõe com os conhecimentos populares com a finalidade de buscar a produção de sínteses superadoras das contradições históricas, com vistas à transformação da realidade concreta.

A Incop UNESP-Assis assiste os empreendimentos de Economia Solidária por meio de visitas e reuniões semanais, capacitações e oficinas temáticas. Nesse sentido, suas intervenções visam ao desenvolvimento dos grupos, à intermediação das relações com o poder público e outras instituições e à organização política desses trabalhadores. Ainda, assessora gestores públicos na elaboração e implementação de políticas públicas

de inclusão produtiva e colabora com as atividades de fomento à Economia Solidária, em nível regional e estadual.

Resultados da experiência

A Incop UNESP-Assis assessora sete empreendimentos de Economia Solidária de catadores: três cooperativas e quatro associações. Nesse segmento, acompanha ainda a Associação Regional de Catadores do Oeste Paulista, entidade de apoio à formação dos catadores, à organização de novos grupos e de representação junto a órgãos públicos e privados, a Cooperativa Regional de Catadores do Oeste Paulista (Coopercop) que pretende a constituição de redes de comercialização e beneficiamento de materiais recicláveis, e o Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista, instância política, integradora dos diversos grupos e de fortalecimento da categoria. No segmento da Agricultura Familiar, também assessora a Cooperativa dos Produtores Agroecológicos do Assentamento Boa Esperança que participa dos programas governamentais de compra direta da agricultura familiar.

O compromisso da equipe da Incop UNESP-Assis com a Economia Solidária e com os grupos incubados tem sido importante na obtenção de conquistas e avanços, dentre os quais são relevantes o apoio à geração e manutenção de postos de trabalho e renda para mais de 300 trabalhadores, a apropriação por eles de meios e bens de produção (equipamentos, veículos e estrutura física), a formação e capacitação dos trabalhadores, a implantação de Coleta Seletiva Solidárias em 7 municípios da região com pagamento por serviços prestados, o avanço na cadeia produtiva, o apoio à captação de mais de 8 milhões de reais, junto a órgãos públicos e privados para aquisição de equipamentos e capacitação de trabalhadores, a captação de cerca de 1,5 milhões de reais junto a órgãos públicos para financiar as atividades da Incubadora, a formação de mais de 100 alunos com experiência na temática, a produção e socialização de conhecimentos, e a inclusão de disciplinas no Curso de Psicologia relativas ao campo de experiências da Incop UNESP-Assis.

Bauru

Histórico

Desde a sua primeira formação no ano de 2003, o projeto, que se caracteriza pela interdisciplinaridade, conta com representantes das faculdades que compõem o câmpus de Bauru, a saber a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), a Faculdade de Ciências (FC) e a Faculdade de Engenharia (FEB). A participação discente e docente é intensa e historicamente é composta por professores e alunos dos cursos de Relações Públicas, *Design*, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Jornalismo, Psicologia e Pedagogia, os quais estabelecem um diálogo interdisciplinar na perspectiva da Economia Solidária.

A Incubadora de Cooperativas Populares surge na UNESP-Bauru como Comitê pró-incubadora tecnológica de cooperativas populares no ano de 2003 assessorado por Núcleos da UFSCar e USP. Em janeiro de 2006, o Comitê se integrou aos câmpus de Assis, Ourinhos e Presidente Prudente para a formação da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Incop Unesp. Com o apoio direto da incubadora da UFSCar,

realizaram-se várias reuniões no sentido de fomentar um projeto coerente com a realidade da Universidade e dos câmpus então envolvidos.

Atualmente, a Incop Unesp-Bauru vem desenvolvendo seu trabalho mediante contato com outras incubadoras do país, além da participação nos principais eventos da Economia Solidária e por meio do esforço conjunto e interdisciplinar para a compreensão das necessidades locais com ênfase especial à importância da comunicação solidária no processo de incubação de projetos solidários.

Objetivos

O projeto de extensão da Incop Unesp-Bauru tem como objetivo apoiar, elaborar, monitorar e desenvolver projetos de incubação de iniciativas econômicas solidárias, em especial, relacionadas ao cooperativismo e associativismo.

Metodologia

O referido projeto conta com a participação de professores e alunos das três faculdades do câmpus da UNESP-Bauru, além de convênios com a Secretaria Municipal de Bem Estar Social e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Autarquias públicas do município de Bauru, como a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb), e conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil. Essa articulação e gestão de relacionamento entre organismos públicos ligados à Prefeitura Municipal, entidades privadas e a UNESP permitem o desenvolvimento de ações pautadas na Economia Solidária. Partindo dessa perspectiva, a Incop Unesp-Bauru desenvolve primeiramente um diagnóstico inicial do grupo a ser incubado e, considerando as especificidades da incubação, oferece reuniões formativas de capacitação utilizando técnicas da Educação Popular, Planejamento Participativo e Economia Solidária. Os grupos são acompanhados durante o período de incubação a fim de buscar o desenvolvimento pessoal e coletivo, por meio de ações pedagógicas que promovem a autonomia dos indivíduos como sujeitos protagonistas de sua própria história.

Resultados da experiência

Algumas das incubações realizadas pela Incop Unesp-Bauru se concretizaram com projetos associados às cooperativas populares: Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Bauru (Cootramat), o Grupo Viverde, o Grupo Alimento e Vida, todas de Bauru, além de outras iniciativas em assentamentos rurais no município. A incubação de maior duração foi realizada na Cootramat, que se iniciou a partir do contato com a Prefeitura Municipal de Bauru via Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que oferece subsídio à cooperativa de catadores.

No desenvolvimento do projeto Resíduos Sólidos Urbanos, associado ao Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), identificou-se que o cenário sobre os resíduos sólidos no município de Bauru é permeado por desafios. Diante do contexto, a Secretaria Municipal de Bem Estar Social de Bauru formou um cadastro de possíveis cooperados e realizou treinamento dentro das diretrizes da assistência social. Com o tempo, percebeu-se que a cooperativa desconhecia a possibilidade de unir forças com outras cooperativas que tiveram êxito com o financiamento de equipamentos,

veículos e construções. Encontrava-se isolada dos movimentos sociais, dentre os quais se destacava o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Para que se facilitasse a aproximação com os catadores, convidou-se uma catadora que compõe a liderança do Movimento e é presidente da Cooperativa Recicla Ourinhos. Os cooperados se mostraram interessados e participaram de uma reunião regional. Participaram, também, do V Encontro Nacional de Formadores e Catadores (ENFAC), na UNESP-Assis, com a presença de apoiadores (Incubadoras, gestores públicos e ONG's). Para consolidar a parceria, realizou-se uma reunião, em março de 2010, com a participação efetiva de gestores públicos e catadores organizados e informais. Nessa ocasião, mobilizou-se um contingente de catadores informais mediante acordo com a Prefeitura via Secretaria de Bem Estar Social. O evento contou com a participação de 180 pessoas, dentre as quais havia catadores de outras cidades, catadores da Cootramat, da Comunidade do Jardim Ivone, da Associação de Catadores de Papelão e Material Reciclável de São Manuel (ACAPEL) e catadores informais de quatro regiões de Bauru.

Na atualidade, a Incop Unesp-Bauru está na fase de finalização do processo de incubação da Cootramat e já foi convidada à realização de novos projetos junto à Prefeitura Municipal de Bauru. A Secretaria Municipal de Agricultura iniciou recentemente um novo projeto de agricultura familiar que demandará apoio na oferta de cursos sobre cooperativismo e associativismo, além de acompanhamento para a formação de lideranças autogestoras nas comunidades que serão atendidas.

Franca

Histórico

O Grupo de Extensão Democracia Econômica (Gede), vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP-Franca, tem suas origens no ano de 2006. Esse projeto, que posteriormente se formalizou como Projeto de Extensão/Proex, constitui-se de um grupo de extensão de caráter interdisciplinar e inclui alunos do curso de História, Direito e Relações Internacionais. Seus integrantes fazem parte do núcleo da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unesp Região Nordeste de São Paulo (Inconesp), com sede em Franca.

Objetivos

O Gede assume um posicionamento de interlocutor da Universidade com a comunidade para desenvolver um projeto de incubação voltado à formação e ao acompanhamento de cooperativas e associações ligadas à Economia Solidária. A preocupação central das atividades do grupo consiste na formação em autogestão com base no trabalho em equipe. Diante dos objetivos da extensão universitária articulada ao ensino e à pesquisa, é fundamental para esse trabalho estabelecer a ponte entre o conhecimento acadêmico e a melhoria das condições de vida da comunidade.

Metodologia

O Gede possui, atualmente, quatro empreendimentos em processo de incubação, a saber:

1. O Projeto Formação de Agentes Multiplicadores de Economia Solidária (AMES), desenvolvido em parceria com a Associação dos Deficientes Físicos de Franca (Adefi). Trata-se de uma proposta que, atendendo pessoas com deficiência física ou intelectual, está voltada para a formação por meio do curso de artesanato com materiais recicláveis. O Projeto, para além da proposta de se gerar conhecimento e, por consequência, trabalho e renda para a comunidade, visa à melhoria da qualidade de vida e à restauração da dignidade de pessoas que se encontram em zonas de alta vulnerabilidade social, assim como à superação das relações tradicionais de trabalho nas quais o grupo atendido não é contemplado. Os cursos e oficinas promovidos pelo Projeto são realizados aos sábados, nos espaços da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP-Franca.
2. A Cooperativa dos Catadores de Recicláveis de Franca (Cooperfran), originada em 2006, tem incubação promovida pelo Gede/Inconesp desde 2010. Essa cooperativa responde por toda a reciclagem de resíduos sólidos efetuada no município. Os 42 cooperados que compõem a cooperativa buscam aprimorar a logística e o setor administrativo dentro da cooperativa. O Gede oferece ainda aos cooperados assessoria jurídica na elaboração de estatutos segundo a legislação vigente e acompanhamento e articulação dos indivíduos e famílias envolvidas em programas de assistência social. Recentemente iniciou-se a reciclagem de óleo de cozinha, uma iniciativa promissora para o aumento da renda mensal dos envolvidos.
3. O Grupo de Educação e Consumo Sustentável (Gecs) promove suas atividades em parceria ou com diversas instituições de Franca ou diretamente com as escolas do município. O trabalho desse grupo, que vem sendo desenvolvido diretamente nas salas de aula do Ensino Básico, pauta-se por princípios de Economia Solidária. O recorte dessas atividades focaliza questões sobre consumo consciente frente às novas formas de organização da sociedade. Vale destacar que, no segundo semestre de 2013, os membros do Gecs, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente de Franca, executaram um projeto financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), no qual se ministraram palestras em sala de aula para cerca de 3.500 crianças do ensino básico municipal. A segunda parte do projeto contou com uma visita ao processo de reciclagem realizado na Cooperfran.
4. O quarto projeto ITCP, “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da região Nordeste do Estado de São Paulo – Núcleo Franca”, objetivando a busca de novos empreendimentos, efetua o mapeamento de possíveis empreendimentos solidários a serem incubados e opera o início dos processos de incubação de tais empreendimentos, como no caso da incorporação da reciclagem do óleo de cozinha, viabilizada a partir do segundo semestre de 2013. Atualmente o ITCP tem como função primordial promover o diálogo e a troca de experiências com o movimento de Economia Solidária e com as redes solidárias em âmbito nacional.

Resultados da experiência

O Gede, originado de um esforço de aproximação entre a Universidade e a comunidade francana, com o objetivo de construir com essa comunidade ações alternativas de renda cooperada, conta hoje com quatro projetos integrados. Esse grupo busca articular a *expertise* acadêmica à ação popular solidária, colaborativa e

empreendedora, inserindo-se e auxiliando a formação de cooperativas integradas e fortalecidas, por seu reconhecimento pelo poder público.

O sucesso da incubação da Cooperfran sob responsabilidade do Gede é perceptível pelo aumento de cerca de 50% na renda mensal dos cooperados e com potencial ainda para uma significativa ampliação. É importante frisar, além disso, que o projeto permitiu o reconhecimento dos associados como parte de um grupo, incentivando dessa maneira a coletivização da produção e distribuição das sobras, lucros e a autogestão deste grupo.

O artesanato produzido nas oficinas do Ames é vendido na Feira da Fraternidade, realizada anualmente no município de Franca, por entidades socioassistenciais das quais a Adefi faz parte. A renda obtida é dividida igualmente entre os participantes, o que aumenta substancialmente a renda familiar das pessoas atendidas pelo projeto.

O Geecs vem intensificando as palestras em sala de aula e as visitas para proporcionar aos estudantes importantes reflexões sobre diversos aspectos do mundo contemporâneo e a crescente necessidade de mudança nas relações de trabalho e renda.

Contudo, a cooperativa tem enfrentado vários problemas decorrentes, por um lado, da falta de reconhecimento do poder público para com sua contribuição social e, por outro, decorrente da competição exercida pelo usufruto dos resíduos sólidos com a Pastoral do Menor e do Adolescente. Nesse aspecto, a participação da UNESP-Franca tem se revelado um porto seguro para os cooperados.

Constituem metas a serem alcançadas não somente a aproximação da cooperativa com o MNCR, com o que se procura o fortalecimento das demandas e o reconhecimento de sua identidade de catadores, mas também a ampliação e aprimoramento da coleta seletiva e, portanto, do processo de reciclagem do município. Já está em curso uma campanha de divulgação nos bairros, com plano de expansão para todas as regiões de Franca.

Jaboticabal

Histórico

O Projeto Suporte surgiu em 2003 e passou por várias configurações até assumir os princípios da Economia Solidária como fundamento para sua atuação. Compõe-se principalmente de docentes do Departamento de Economia Rural e discentes do Curso de Administração, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal. Em um primeiro momento, atuou, principalmente, com Organizações do Terceiro Setor (ONG) do município de Jaboticabal, com o objetivo não só de assessorá-las, como também de viabilizar espaços formativos por meio de cursos e troca de experiências, para fortalecer ações em rede. A partir de 2005, aproximou-se de grupos sociais organizados para a geração de trabalho e renda, sendo o primeiro deles a Associação de Reciclagem de Jaboticabal.

Objetivo

O objetivo principal do Projeto é apoiar grupos sociais organizados para a geração de trabalho e renda, sob os princípios da Economia Solidária, visando para esses grupos, além disso, o desenvolvimento de sua autogestão e de sua autossuficiência.

Metodologia

Como proposta de atuação e análise, utilizam-se metodologias participativas. O conhecimento é produzido com os grupos envolvidos e possibilita a avaliação das ações promovidas. Dessa forma, objetiva-se que os grupos tenham atuações autônomas, pautadas na reflexão e análise de suas práticas e tomadas de decisões ([SILVA, 2002](#)). Os encontros com os grupos ocorrem semanalmente, com a participação de alunos da Universidade. Esses encontros são registrados e discutidos em supervisões com os docentes orientadores.

Resultados das experiências

O projeto está articulado em três frentes, a saber:

1. Trabalho com os grupos: as atividades ocorrem em reuniões semanais, nas quais se discutem os principais problemas de gestão e organização e as formas de solução, além de se traçarem as metas. Os grupos da sociedade civil (formalizados ou não) atendidos nesse período foram seis. O primeiro grupo foi a Associação de Reciclagem de Jaboticabal, que faz a triagem e venda dos resíduos inorgânicos do Município de Jaboticabal, objetivando a geração de trabalho e renda. Para tal, propôs-se a inserção de tecnologias de transformação de resíduos e ações de autogestão, além de estratégias de comercialização e de agregação de valor por meio de reelaboração de produtos. A partir desse trabalho, foi possível realizar também a consolidação do mapa de produção e coleta de resíduos urbanos no município. O segundo grupo foi a Associação de Artesãs do Município de Ribeirão Preto (Carpe), que produzia artigos artesanais (acessórios femininos e artigos de decoração). Num primeiro momento inseriram-se os produtos em diferentes estabelecimentos comerciais e, posteriormente, abriu-se uma loja própria no município de Ribeirão Preto, o que permitiu a consolidação da marca "Carpe". O terceiro grupo, do Projeto Verde Vida, estava vinculado a uma horta comunitária junto a um grupo de pessoas soropositivas para o HIV. Neste caso, atuava-se na comercialização, composição de custo de produção e na organização social e de saúde no trabalho. O quarto grupo, o de mulheres Maria Água e Sal produzia pães, bolos e salgados no município de Monte Alto. A atuação do Suporte viabilizou a definição dos produtos, dos preços e das formas de comercialização. O quinto grupo, o Grupo de mulheres Renascer, assentadas do Sepé-Tiarajú, também produz pães, bolos e salgados. Foram trabalhados diversos aspectos, dentre os quais as formas de associação, os produtos e a produção, os preços e a divulgação. O sexto grupo, o Grupo Fraterra também é formado por assentados do Sepé-Tiarajú. Embora já estivesse formalizado, precisava de apoio para buscar outras formas de comercialização dos produtos gerados nos lotes de seus associados. Destaca-se que nos trabalhos com os grupos privilegiaram-se as atividades de formação e formalização dos mesmos e de acompanhamento das atividades de gestão.
2. Formação: para o bom andamento das atividades, são fundamentais os estudos teóricos permanentes, destinados aos alunos e docentes que compõem o Projeto, bem como a organização de eventos e cursos abertos à comunidade acadêmica e à comunidade de uma forma mais ampla. A partir dos problemas levantados nas

reuniões com os grupos, apura-se o motivador para a construção de cursos de formação. Além disso, realizaram-se seis Colóquios de Economia Solidária.

3. Pesquisa: de toda a atividade do Projeto decorre uma reflexão que vem permitindo a construção de conhecimentos acerca das ações desenvolvidas com os grupos e que está se materializando na composição de um banco de dados sobre as ONG's, associações e demais grupos da sociedade civil.

A partir do trabalho com os grupos e com a identificação da baixa escolaridade dos membros, de dentro do Projeto Suporte surge em 2006 o Projeto “Alfabetização e Inclusão Digital para a cidadania e autogestão”, para no ano subsequente tornar-se um projeto paralelo e independente do Suporte.

Enfim, ao longo de sua trajetória e para realizar suas ações, estabeleceram-se parceiras com órgãos públicos e privados. Dentre eles destacam-se, em 2013: o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal (Saaej) e a Prefeitura Municipal. Essas parcerias têm como objetivo o de analisar, subsidiar e definir ações para a gestão municipal de resíduos. Também fez-se parceria com professores da USP-Ribeirão Preto para a elaboração e desenvolvimento de uma Incubadora de Empreendimentos Populares. Esse projeto foi aprovado pelo edital MCTI/SECIS/TEM/SENAS/CNPq e a Incubadora, denominada “Co-Labora”, está em processo de implementação.

Ourinhos

Histórico

Desde 2003, a Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp-Núcleo Ourinhos (Incop Unesp-Ourinhos) desenvolve suas atividades com grupos autogestionários de catadores da microrregião de Ourinhos.

A despeito dos períodos transitórios entre tais coordenadores serem marcados por certa instabilidade o projeto continuou ativo durante todo esse período graças ao empenho de discentes que se identificaram profundamente com os propósitos da Incop Unesp.

O princípio fundamental de organização e ação da Incop Unesp é a autogestão, isso desde a organização interna até a relação com os grupos de catadores. Essa articulação demonstra-se bastante profícua nos encaminhamentos definidos pelos próprios catadores no âmbito das instâncias organizativas do MNCR.

Desde 2012, cinco grupos de catadores são acompanhados pela Incop Unesp-Ourinhos: municípios de Ourinhos, Salto Grande, Piraju, Paranapanema e Ipaussu, com a possibilidade de integração de mais dois grupos dos municípios de: Chavantes e Santa Cruz do Rio Pardo. Todos os grupos apresentam-se em diferentes momentos de organização, o que requer uma constante reavaliação dos métodos de acompanhamento dos grupos.

As estratégias têm como prerrogativa a construção de políticas públicas locais para a gestão participativa e integrada dos resíduos sólidos, objetivando melhores condições de trabalho, por meio do reconhecimento das atividades desenvolvidas pelos catadores, garantindo a remuneração pelo serviço prestado e melhores condições de trabalho.

Objetivos

Tal projeto tem como objetivo fomentar a articulação política e econômica dos catadores na microrregião de Ourinhos-SP, mediante a organização de associações e cooperativas populares, visando melhores condições de trabalho e remuneração adequadas. Esse processo garante a inclusão e reconhecimento das atividades desenvolvidas pelos catadores, possibilitando a saída efetiva dos mesmos de lixões e aterros.

Metodologia

O trabalho é desenvolvido por metodologias participativas e, nesse sentido, as ações são definidas e planejadas conjuntamente com os grupos de catadores locais e o Comitê Regional Oeste Paulista de Catadores. A atuação da Incop Unesp-Ourinhos é dividida em eixos: diálogo com os poderes públicos locais; formação e capacitação dos grupos; e assessoria nos preenchimentos de editais de seleção pública.

A comunicação como prática se dá como uma importante ferramenta para a transformação social, pois o conhecimento acadêmico e científico não é apresentado como superior ou verdadeiro, ignorando ou contrapondo o conhecimento popular – os dois tipos de conhecimentos se relacionam, se misturam e se transformam.

A Incop Unesp-Ourinhos adota como referência a organização dos movimentos sociais, seus debates e ações, como forma de compreender o contexto político no qual se pretende agir. A vivência, portanto, torna-se essencial para entender as condições objetivas do cotidiano dos trabalhadores. O que se busca é assimilar seu conhecimento e organização e, dessa maneira, educar-se e estabelecer a dialogicidade como condição para uma prática comunicativa.

Leva-se em consideração que o saber popular e o conhecimento produzido dentro dos EES são legítimos e necessários no processo de transformação social. A perspectiva não hierárquica entre o conhecimento produzido na Universidade com outras formas de saber constitui em si também um processo de transformação. A comunicação não se dá com uma série de conteúdos ordenados e descontextualizados, pois, desconsiderando o caráter transformador da organização popular, tal prática se configura como “invasão cultural”. Entendemos essa forma de atuação como prerrogativa, uma vez que os EES acompanhados buscam as práticas autogestionárias.

O referencial teórico e metodológico usado nos processos de incubação procede da *práxis*, dos princípios da Economia Solidária, de metodologias participativas e da Educação Popular.

Resultados da experiência

Como avanços podem-se citar a construção de programas de coleta seletiva e gestão participativas de resíduos sólidos em cada município, alguns em fase de consolidação. O município de Ourinhos, com a Cooperativa de Catadores de Ourinhos, é uma boa referência desses avanços e, atualmente, há uma lei municipal que garante a execução remunerada da coleta seletiva por cooperativas populares de catadores e um Conselho Municipal de Gestão que propicia a participação integrada dos resíduos sólidos.

Além disso, é notável o crescimento da capacidade de auto-organização dos catadores, num processo que leva à elevação da autoestima e forte consciência no

exercício da cidadania, no qual eles reconhecem a importância da reciclagem desenvolvida.

Presidente Prudente

Histórico

Diante da precária situação dos catadores de materiais recicláveis que trabalhavam no lixão municipal, uma equipe da FCT/UNESP, Prefeitura Municipal e a Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO), com apoio do Núcleo 3R da UFSCar, propôs a realização de um projeto de políticas públicas para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com foco na construção de parcerias institucionais para a formulação e implantação de políticas públicas, educação ambiental e medidas estruturais destinadas a organizar os catadores de materiais recicláveis, promover a coleta seletiva e melhorar o gerenciamento de resíduos sólidos no município.

Esse projeto foi desenvolvido entre 2001 e 2005, contando-se com vários parceiros e apoiadores na realização das atividades, dentre os quais: Fundo Social de Solidariedade, Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana de Presidente Prudente e Região (SIEMACO), Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (FENASCON); Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Rotary Club, Igrejas, Escolas e Empresas do município. No período também foram realizadas atividades com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), para diagnóstico da situação dos resíduos sólidos em 26 municípios, organização de eventos, publicação de relatório e estabelecimento de prioridades de atuação e de financiamento de projetos aplicados em resíduos sólidos junto a este Comitê.

A partir de 2006, as ações tiveram continuidade com essas e novas parcerias e apoios, como a Pró-reitoria de Extensão Universitária da UNESP, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE), Companhia Energética de São Paulo (CESP), Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA), e houve a participação na criação da Incop Unesp, com o Núcleo de Presidente Prudente integrando projetos e desenvolvendo ações (em continuidade ou novas) com grupos de catadores dos municípios de Álvares Machado, Martinópolis, Presidente Bernardes, Presidente Prudente e Regente Feijó.

Progressivamente, professores e alunos passaram a desenvolver atividades semelhantes em outros municípios da região de Presidente Prudente e da Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos Alto Paranapanema, de forma integrada com a realização de estágios, pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado e trabalhos de conclusão de cursos de graduação em Geografia e Engenharia Ambiental.

Objetivos

As ações são desenvolvidas com o objetivo central de contribuir para a melhoria dos sistemas municipais de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos; para a organização dos catadores de resíduos recicláveis em cooperativas e associações nos

municípios do oeste paulista e em uma Rede Regional de Reciclagem Solidária; e para uma compreensão mais ampla do tema pelos gestores e munícipes.

Metodologia

Foram e estão sendo realizadas várias ações integradas pelos parceiros (docentes, discentes, gestores, catadores etc.), tais como:

1. Estudo dos fundamentos de educação ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, economia solidária, cooperativismo, legislação aplicada ao tema, dentre outros;
2. Organização de eventos e visitas técnicas em instituições de ensino e pesquisa, em prefeituras municipais e em cooperativas e associações de catadores;
3. Elaboração conjunta com gestores públicos de planos de trabalho para a organização dos catadores de materiais recicláveis e implantação de coleta seletiva municipal;
4. Elaboração de propostas de criação de Centros de Integração Social e Sustentabilidade Social e Ambiental (Cissa) para as cooperativas e associações de catadores;
5. Execução desses planos com as seguintes atividades de forma concomitante:
 - a. diagnóstico da situação dos resíduos sólidos e das condições de trabalho e de vida dos catadores de materiais recicláveis (recentemente aplicando-se a metodologia do Girem/SMA);
 - b. organização dos catadores em cooperativas, tais como a Cooperlix;
 - c. busca de apoio para a construção ou reforma de sedes das cooperativas de catadores e aquisição de caminhões e equipamentos para a coleta seletiva e para o processamento de resíduos sólidos urbanos recicláveis;
 - d. realização de campanhas educativas nas comunidades;
 - e. acompanhamento e apoio na gestão das cooperativas;
6. Divulgação dos trabalhos em artigos de livros, periódicos e eventos científicos, jornal e revista de circulação regional.

Resultados da experiência

Além dos resultados obtidos diretamente nas ações executadas, destacam-se: 1) assessorias aos municípios no levantamento de informações sobre os resíduos sólidos urbanos, na análise destas informações e na organização de um panorama municipal que oriente a elaboração de seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; 2) assessoria na provisão de infraestrutura física e na organização da coleta seletiva e dos catadores que ali trabalham sob a égide da economia solidária (na forma de cooperativas/associações autogeridas e solidárias no contexto de seus membros e aos outros grupos fragilizados que possam ser inseridos ao grupo, promovendo uma estruturação econômica efetiva e benéfica aos agentes e uma ação ambiental tanto no sentido do saneamento ambiental inerente à atividade quanto nos âmbitos da educação ambiental e da construção civil sustentável); 3) propostas de educação ambiental com campanhas municipais, palestras aos munícipes em geral e ação específica para os estudantes dos ensinos fundamental e médio e seus professores para disseminação de tais conteúdos; 4) a elaboração conjunta das “Diretrizes Básicas para Projetos de Coleta

Seletiva e Educação Ambiental no âmbito do Acordo MPF/MPE/CESP”; e 5) aprovação dos projetos de construção do Laboratório de Caracterização e Gestão de Resíduos Sólidos e do Centro de Pesquisa em Tecnologias Sustentáveis, junto ao Acordo MPF/MPE/CESP, para potencializar as atividades de extensão universitária, integrando-as ainda mais fortemente com o ensino e a pesquisa, produzir conhecimentos científicos e tecnológicos e disponibilizá-los para os grupos organizados e toda a comunidade.

Rio Claro

Histórico

Em 11 de novembro de 2002 foi criada a Cooperviva (Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitáveis de Rio Claro). O então geógrafo e Prefeito Municipal Cláudio Antônio de Mauro cedeu, provisoriamente, uma área para a instalação da referida Cooperativa além de caminhões para a coleta de resíduos que era realizada na cidade.

A administração da Cooperviva passou a ser de responsabilidade dos próprios cooperados. Foi elaborado, também, o Estatuto e Regimento Interno e os rendimentos dos cooperados passaram a ser provenientes da venda de materiais recicláveis. Os cooperados começaram a ter importantes direitos trabalhistas, tais como: seguro de vida, férias, seguro maternidade, dentre outros ([MENDES; LIMA, 2012, p. 34](#)).

Embora as experiências em Economia Solidária em Rio Claro não sejam recentes, foi a partir de 2011 na administração do Engenheiro Palmínio Altimari Filho (Du Altimari) que ocorreram os avanços mais significativos na história da Economia Solidária na cidade.

Atualmente, a Cooperviva possui um novo espaço, cedido por mais de 30 anos pela Prefeitura Municipal, cujo barracão foi inaugurado em 2011. Contando com novos caminhões a coleta seletiva abrange, praticamente, 100% da área urbana do município (MENDES; LIMA, 2012, p. 38). Para além dos aspectos econômicos, verifica-se na Cooperviva a preocupação com os valores básicos da autogestão, da cooperação e no cuidado com a comunidade e com o meio ambiente ([CORTEZ, 2013, p. 80](#)).

Em 2011, a Secretaria de Ação Social (Prefeitura Municipal) por meio de convênio com o Laboratório de Estudos Territoriais (Laet) - Departamento de Geografia-UNESP-Rio Claro elaboraram um projeto que foi contemplado pelo Edital da Senaes.

Objetivos

O referido projeto tem por objetivo elaborar, monitorar e avaliar as políticas municipais de resíduos sólidos e o fomento de empreendimentos econômicos solidários.

Metodologia

O mencionado convênio envolvendo técnicos da Secretaria de Ação Social (Prefeitura Municipal) e professores e alunos do Curso de Geografia vinculados ao Laet, tem sido de precípua importância nas práticas espaciais e no fortalecimento de outras as atividades relacionadas à Economia Solidária em curso no município, as quais serão relatadas a seguir.

Resultados da experiência

a) Produção e Comércio Solidários

Existem no âmbito da Economia Solidária de Rio Claro alguns empreendimentos que estão atuando há mais tempo, como é o caso do artesanato, das costureiras, dentre outros. Atualmente, um diagnóstico está sendo realizado pelos professores e alunos do Laet e técnicos da Secretaria de Ação Social visando identificar nos territórios as potencialidades das cadeias produtivas solidárias e o mapeamento das mesmas, para um posterior processo de incubação ([MENDES, 2013, p. 23](#)).

No que diz respeito às Feiras de Economia Solidária em Rio Claro, [Ortigoza \(2013, p. 54-55\)](#) explica que tais feiras não consistem meramente em divulgação e distribuição de mercadorias, uma vez que estão sendo realizadas oficinas e palestras visando à capacitação e à formação das pessoas e entidades envolvidas, constituindo verdadeiros espaços de “diferentes trocas” de mercadorias e experiências. Várias “micro-feiras” vêm ocorrendo em diferentes locais no município.

Cabe ressaltar que, em 2011, a Direção do Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP-Rio Claro disponibilizou por meio de cessão de uso o prédio do antigo Departamento de Geografia (Câmpus Santana) – que atualmente encontra-se em um novo prédio no Câmpus de Bela Vista –, e a antiga Cantina para as futuras instalações do Centro Público de Economia Solidária. Nesse espaço funcionará não apenas a Incubadora de Cooperativas Populares, como, também, o ponto fixo de comércio solidário/loja solidária, além de ser um espaço de proximidade no qual serão realizados cursos, capacitações, trocas de experiências e de vivências.

b) Conselho Municipal de Economia Solidária (Comes)

Em 2013 foi criado o Conselho Municipal de Economia Solidária (Comes) composto por diversos segmentos relacionados à Economia Solidária, sendo eleito como primeiro presidente o Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes, Professor Adjunto do Departamento de Geografia-IGCE-UNESP-Rio Claro e coordenador do Projeto “Implantação, Gestão e Avaliação de Práticas em Economia Solidária em Rio Claro (SP). A importância do Centro Público, do Cooperativismo, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e das Atividades Sócio-Produtivas e Ambientais para o Desenvolvimento Territorial” envolvendo o Laet e a Secretaria de Ação Social (Prefeitura Municipal), corroboram, mais uma vez, a importância da Universidade na Economia Solidária Rio-clarense.

c) Eventos

Nos dias 25 e 26 de abril de 2014 ocorreu a I Conferência Municipal de Economia Solidária realizada pelo Comes que, contando com grande participação dos empreendimentos econômicos solidários, dos gestores e das instituições de fomento, constituiu um marco na história da Economia Solidária em Rio Claro. Nessa Conferência foi discutida a situação atual da Economia Solidária no município e levantadas várias propostas que irão subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Economia Solidária. Foram eleitos, também, os delegados que estarão representando Rio Claro nas Conferências Estadual e Nacional de Economia Solidária.

As práticas solidárias e os resultados das pesquisas em Economia Solidária em Rio Claro estão sendo publicados em livros, capítulos de livros e artigos e apresentados em eventos científicos nacionais e estrangeiros.

CONCLUSÕES

Para o fortalecimento e expansão da Economia Solidária muitos são os desafios a serem enfrentados, dentre os quais merecem destaque os seguintes: a necessidade de apoio aos EES incubados e a criação de novos grupos econômicos solidários; o fortalecimento de todos os elos da cadeia produtiva solidária; a valorização das culturas locais; a preocupação com as questões ambientais; a permanente formação continuada em Economia Solidária e o nivelamento teórico de todos os membros; as inúmeras burocracias que, muitas vezes, inviabilizam os projetos e desanimam as equipes; a escassez de recursos financeiros para a implantação e manutenção das ITCPs e do corpo técnico e a dificuldade em manter os membros e atores envolvidos, prejudicando a continuidade das ações,

A Universidade poderá contribuir de forma inovadora e criativa, por exemplo: elaborando estratégias locais e promovendo a articulação nacional das ITCPs como inovação para o desenvolvimento territorial; garantindo a perenidade das ITCPs por meio de políticas públicas; dando suporte às redes de ITCPs, valorizando as trocas de experiências, conhecimentos e saberes; desenvolvendo e aperfeiçoando metodologias participativas, críticas e emancipatórias de incubação, de produção, de gestão, de comercialização, de qualidade ambiental, dentre outras; inserindo nos currículos e nas linhas de pesquisa na graduação e na pós-graduação temáticas de cooperativismo, gestão social, autogestão e Economia Solidária; criando, difundindo, transferindo e aplicando tecnologias sociais produzidas nas atividades de extensão universitária realizadas junto com as comunidades; sistematizando, disponibilizando e divulgando a produção de conhecimentos gerados nas Universidades e nas Incubadoras.

As experiências desenvolvidas nas Unidades Universitárias da UNESP demonstram as dificuldades e desafios da ação extensionista fundamentada na Economia Solidária, desde obstáculos materiais e imateriais, financeiros e não econômicos, de relacionamentos pessoais e interpessoais, de manutenção dos princípios econômicos solidários em uma economia capitalista, de luta por uma utopia em um mundo de distopias. Todavia, sinalizam também as potencialidades e oportunidades de consolidação de um Programa Institucional voltado ao fortalecimento, expansão e articulação em rede das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares na Unesp, fundamentadas na Economia Solidária, de forma integrada com as pesquisas e ensino produzidos em todas as áreas do conhecimento.

Nesse processo será preciso incorporar os avanços obtidos em cada experiência, assim como o de outras Universidades que abrigam Incubadoras, notadamente em relação: à institucionalização das Incubadoras; à revisão e complementação, no que couber, do marco legal da Economia Solidária e sua aplicação nos Municípios, Estados e União; ao estabelecimento e formalização de parcerias institucionais; ao uso das tecnologias de informação e comunicação para a capacitação e gestão das incubadoras e das organizações sociais incubadas; à articulação das ações extensionistas com os cursos de graduação e de pós-graduação, incentivando o estudo do tema e a realização de pesquisas em vários níveis; ao empreendedorismo econômico solidário, à inovação e à promoção de tecnologias sociais.

Espera-se que, com o Programa que está sendo construído na UNESP, as incubadoras possam funcionar como um espaço público interdisciplinar, de inovação social e de proximidade com a sociedade, fortalecendo os EES. É importante também

buscar novas parcerias; atuar em redes socioeconômicas e políticas e fortalecer o devido reconhecimento institucional.

Oxalá, todo esforço empreendido possa, assim, contribuir para uma sociedade mais justa, para uma economia e para uma Universidade mais solidárias.

SUBMETIDO EM 3 set. 2014
ACEITO EM 16 dez. 2014

REFERÊNCIAS

[ANTUNES, R.](#) **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

[ARAÚJO, M. A. M.; ALMEIDA, L. L. \(Org.\)](#). **Incubadora de cooperativas populares: as experiências da UNESP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

[BOVO, J. M.](#) **A contribuição da UNESP para o dinamismo econômico dos municípios**. Araraquara: UNESP, 2013.

[BRASIL](#). Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil, 2005**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

[CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R.](#) Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 116-122, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/215>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

[CARVALHO, A. M. R.; LADEIA, C. R.; FELÍCIO, R. G.](#) Extensão Universitária e economia solidária: a experiência da incubadora de cooperativas populares da UNESP - Assis. In: ARAÚJO, M. A. M. de; ALMEIDA, L. L. de (Org.). **Incubadora de cooperativas populares: as experiências da UNESP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

[COELHO, H. P.](#) Extensão universitária, economia solidária e desenvolvimento local: estudo de caso da ITES-UFBA: incubadora tecnológica de economia solidária e gestão do desenvolvimento territorial da Universidade Federal da Bahia. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EXTENSION UNIVERSITARIA, 11., 2011, Santa Fe. **Ponencias completas...** Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2011.

[CORTEZ, A. T. C.](#) Cooperativas de catadores de materiais recicláveis: uma estratégia de inclusão social. In: MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.). **Desfazendo os nós do capital: território, ação social e economia solidária**. Bauru: Canal 6, 2013.

[COUTINHO, M. C. et al.](#) Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n.1, jan./abr. 2005.

[ENTREVISTA:](#) economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 288-314, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

[LEITE, M. de P.](#) A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 32, 2009.

[DRUCK, G.; FRANCO, T.](#) Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO, V.; PADILHA, V. (Org.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

[FONSECA, S. A.; GRIGOLETTO, F.](#) Altos e baixos de uma incubadora de empreendimentos solidários: o caso da INCONESP, de Araraquara. In: ARAÚJO, M. A. M. de; ALMEIDA, L. L. de (Org.). **Incubadora de cooperativas populares: as experiências da UNESP**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

[FRAGA, L.](#) A autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento. In: BENINI, E. A. et al. (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

[FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E.](#) Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizado a partir do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, p. 725-747, 2009.

[MENDES, A. A.; LIMA, V. S.](#) História da economia solidária no município de Rio Claro/SP-COOPERVIVA: um exemplo de geração de trabalho e renda de forma criativa. In: SAGAWA, R. (Org.). **Os enlacs da economia solidária**. Curitiba: CRV, 2012.

[MENDES, A. A.](#) Economia solidária: contextualizações e mutações. In: MENDES, A. A.; CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.). **Desfazendo os nós do capital: território, ação social e economia solidária**. Bauru: Canal 6, 2013.

[MONTAÑO, C.](#) **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

[NASCIMENTO, I. R. T. do.](#) **Incubadoras de economia solidária e extensão universitária: possibilidades e inovação**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração)—Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

[NUNES, D.](#) **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

[ORTIGOZA, S. A. G.](#) Para além do mercado: as feiras solidárias no contexto das novas relações de trocas. In: MENDES, A. A.; CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.).

Desfazendo os nós do capital: território, ação social e economia solidária. Bauru: Canal 6, 2013.

[REDE de Tecnologia Social](#). Brasília: IBICT, [200-?]. Disponível em: <<http://rts.ibict.br/rts/tecnologia-social/>>. Acesso em: 6 jul. 2010.

[SINGER, P.](#) A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 4-37. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv2.pdf#page=4>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

[SILVA, E. W.](#) Extensão universitária hoje: processo dialógico da ação integradora e emancipadora. In: BARCELOS, E. S. et al. (Org.). **Economia solidária:** sistematizando experiências. Ijuí: Unijuí, 2010.

[SILVA, R. C.](#) **Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania.** São Paulo: Vetor, 2002.

[SILVA NETO, B.](#) Tecnologias sociais: concepção e práticas. In: BARCELOS, E. S. et al. (Org.). **Economia solidária:** sistematizando experiências. Ijuí: Unijuí, 2010.

[SANTOS, B. S.](#) **A universidade no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2005.